

# Novas dimensões da Inconfidência Mineira

Thais Nívia de Lima e Fonseca



**Inconfidência Mineira: Negócios, conspiração e traição em Minas Gerais**  
André Figueiredo Rodrigues  
Humanitas  
180 páginas  
R\$ 50,00

**A**ndré Figueiredo Rodrigues tem sido um tenaz perseguidor da Inconfidência Mineira, dedicando-se ao seu estudo desde os tempos de graduação. Afastando-se, até certo ponto, das matrizes fundantes da historiografia da conspiração, focadas em Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (c.1746-1792), tem dado atenção a outros personagens e a outras dimensões de suas implicações no movimento, o que podemos ver claramente na obra recém-lançada.

Reunindo artigos publicados anteriormente e textos inéditos, o livro parte da leitura crítica do principal *corpus* documental sobre a Inconfidência Mineira, os Autos de Devassa. Por meio do confronto entre as edições publicadas no século XX e os originais manuscritos, o historiador não só aponta os diferentes problemas surgidos dos processos de organização e edição desses documentos como mostra as possibilidades de fazer avançar o conhecimento sobre aspectos ainda pouco elucidados. É a partir dessas questões que o livro se organiza em duas partes.

Na primeira, o autor se debruça, principalmente, sobre os dados relacionados aos bens dos inconfidentes, sequestrados em 1789. O “esquartejamento” dos processos, no dizer do próprio autor, as falhas cometidas no registro dos autos, e mesmo o desenrolar das estratégias de ocultação e subtração de bens, revelam alguns dos problemas do estudo sobre os lugares sociais e as riquezas dos inconfidentes, e demonstram que há muito ainda a pesquisar, para esclarecer não apenas pontos obscuros na história da conspiração como também indicar desdobramentos que vão além dela. Nessa parte, o autor chama a atenção para dois aspectos: as bibliotecas dos inconfidentes e seus plantéis de escravos. Mostra que há muitos detalhes despercebidos, principalmente pelo fato de que a maioria dos estudiosos utiliza basicamente as versões impressas dos Autos de Devassa e não os originais manuscritos.

Na segunda parte do livro, o autor se concentra em diferentes sujeitos relacionados à Inconfidência, dos participantes diretos aos que integravam seus círculos sociais e familiares. Fica clara a preocupação de André Figueiredo com a investigação sobre outras dimensões das vidas desses personagens, para além do seu envolvimento na conspiração. Caso de atividades como a explo-

ração de ouro nos sertões da Mantiqueira por meio da ocupação de terras de maneira clandestina, como o fazia José Aires Gomes (1734-1794). Quando finalmente o governo da Capitania de Minas Gerais decidiu abrir aqueles sertões, o alferes Joaquim José da Silva Xavier foi convocado, juntamente com o tenente-coronel do Regimento de Cavalaria do Rio das Mortes, Manuel do Vale Amado (1725-1801), a comandar a construção de uma estrada atravessando a Mantiqueira.

O autor aprofunda, confrontando documentos, o detalhamento das participações de dois inconfidentes em negócios envolvendo interesses da Coroa, como o fornecimento, por Inácio José de Alvarenga Peixoto (1742-1793), de suprimentos para as tropas que lutariam no sul contra os espanhóis e a arrematação dos contratos das entradas por Joaquim Silvério dos Reis (1756-1792), alguns dos negócios que resultaram em volumosas dívidas e que, de alguma forma, motivaram as ações que tomaram na conspiração.

O interesse pelo estudo do sequestro e destinação dos bens dos inconfidentes leva o historiador a descortinar o tema das estratégias que suas famílias utilizaram para manter ou recuperar o patrimônio. É com esse objetivo que ele se debruça sobre a família Resende Costa e sobre as mulheres, companheiras dos inconfidentes. Personagens consideradas “secundárias”, numa história protagonizada por homens, elas na verdade desempenharam papéis fundamentais para sustentar a distinção social e econômica de suas famílias, a despeito do provável estigma decorrente da condenação dos inconfidentes. Esse estigma não teria impedido, para alguns sobreviventes do degredo, o envolvimento em atividades políticas, caso do padre Manuel Rodrigues da Costa (1754-1844). Ao voltar de Portugal, ele não só se dedicou a estudos técnicos como se envolveu no movimento de independência, tendo sido eleito deputado em 1823 e em 1826.

A obra nos ajuda a perceber que, a despeito do aparente esgotamento do tema, ainda há muito potencial em seu estudo, merecendo o investimento de jovens pesquisadores.

Thais Nívia de Lima e Fonseca é professora titular de história da educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e autora de *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais* (Autêntica, 2010).